

Ata catorze

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no edifício da sede da Junta de Freguesia de Palme, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Palme, presidida por Natália Queirós. Estavam também presentes os membros Maria Alice Sá, Márcia Barbosa, Paulo César Costa e Lúcia Carvalho. Não estavam presentes os membros Cláudio Torres e Odete Mendes. Estavam ainda presentes a presidente da Junta de Freguesia, Natalina Sá, o secretário Davide Pires e a tesoureira Lisete Ribeiro. Verificada a existência de quórum, a presidente da Mesa deu início à reunião, que era constituída pela seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Leitura e votação da ata da reunião do dia vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro;-----

----- Ponto dois: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas de dois mil e vinte e quatro;-----

----- Ponto três: Apreciação do Inventário do Património da Freguesia de Palme;-----

----- Ponto quatro: Informação do executivo sobre a atividade da autarquia;-----

----- Ponto cinco: Aprovação da ata em minuta;-----

----- Período C: Intervenção do público. -----

----- Iniciando a reunião e respeitando o período de antes da ordem do dia, a presidente da Mesa perguntou aos membros se havia alguma questão a ser colocada. Não houve intervenções neste período.-----

----- Abrindo a ordem de trabalhos, a presidente da Mesa perguntou se algum dos membros se opunha à dispensa da leitura da ata que tinha sido prévia e atempadamente disponibilizada aos membros da Assembleia. Nenhum dos membros manifestou qualquer oposição. Passou-se então à votação da ata que foi aprovada com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá e Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho.-----

----- Passando ao ponto dois, foi dada a palavra à tesoureira da Junta Lisete Ribeiro para que apresentasse os documentos prestação de contas de dois mil e vinte e quatro. Lisete Ribeiro explicou ao detalhe os documentos, que tinham sido prévia e atempadamente enviados aos membros da Assembleia, colocando-se no final da sua apresentação ao dispor dos membros para explicação de dúvidas. Não havendo questões dos membros presentes, a presidente da Mesa submeteu o documento a votação, sendo o mesmo aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá e Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho.-----

----- Passando ao ponto três, foi dada a palavra à presidente da Junta para que detalhasse o inventário do património da freguesia. A presidente falou sobre os terrenos da Junta de Freguesia, explicando que neste inventário ainda não constam os terrenos adquiridos para o alargamento do campo de futebol por só ter sido formalizada a sua aquisição em dois mil e vinte e quatro e que há também a situação de vários terrenos que aparecem nas finanças como sendo da Junta mas que são de particulares, situação já falada em anos anteriores. Detalhou de seguida o resto dos bens presentes no inventário, que tinha sido previamente enviado aos membros e colocou-se ao dispor para

o esclarecimento de qualquer dúvida. Lúcia Carvalho perguntou se os terrenos da junta já foram registados no sistema BUPI e se isso não seria uma forma de regularizar a situação dos que são realmente da junta e dos que não são. Respondeu a presidente da Junta para dizer que já tinha sido consultado um solicitador que disse que não valia a pena por ter custos e trabalho elevados e que as pessoas que são na realidade donas dos terrenos é que teriam que fazer o seu registo nessa plataforma o que acaba por resolver a questão para o lado da junta também. Os terrenos que são efetivamente da junta, terão que ser referenciados mas isso ainda não foi feito. Não houve mais questões.-----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro e foi dada novamente a palavra à presidente da Junta para que explicasse as atividades decorridas na freguesia desde a última reunião. Disse que o campo de futebol foi finalmente inaugurado e que a junta tem pago e continuará a pagar a mensalidade prometida ao empreiteiro, no total de quatro mil e cinquenta euros por mês até ao final do mandato para que esta dívida não transite para o executivo seguinte. Em relação à Rua do Amaral, disse que o contrato da venda do terreno que possibilita a saída para a parte de baixo já está assinado e que neste momento só ainda não foi aberta essa saída porque o Conselho Económico Paroquial quer registar em ata que a utilização do adro é uma situação transitória mas que logo que haja autorização, a saída é aberta praticamente na hora, o que deixa os moradores com grande parte do problema resolvido. Em relação ao outro terreno, a Câmara dá para a sua compra quinze mil euros mas os proprietários querem trinta mil euros e por isso ainda não houve acordo. Disse também que neste momento a prioridade da junta é pagar todas as obras contratadas para que não fiquem dívidas para o executivo seguinte e que só depois disso cumprido é que pode saber-se o dinheiro que ainda há para novas obras. No final da sua intervenção, foi dada a palavra aos membros para alguma questão que achassem por bem colocar. Não foi colocada nenhuma questão pelos membros.-----

----- Passando ao ponto cinco, foi explicada pela presidente da Mesa a necessidade da aprovação da ata em minuta, procedendo-se de seguida à votação e a ata foi aprovada com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá e Márcia Barbosa e as abstenções de Paulo César Costa e Lúcia Carvalho.-----

----- Passando ao período reservado à intervenção do público e dada a presença de apenas uma pessoa, foi-lhe perguntado se queria colocar alguma questão, sendo a resposta negativa.-----

----- Terminou assim a ordem de trabalhos, desta reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela presidente da Mesa e pela secretária que a redigiu.-----

Presidente

N. Queirós

Secretária

Maria Alice Cunha de Sá